



PODER

Presidente deve escolher rápido o substituto do ministro Luís Roberto Barroso, segundo líder do governo José Guimarães

Lula deve definir sobre STF nesta semana

» VANILSON OLIVEIRA

A indicação do substituto do ministro Luís Roberto Barroso no Supremo Tribunal Federal (STF) deve ocorrer nesta semana, com o retorno do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Brasil, pois a expectativa é de que a escolha seja rápida, de acordo com líder da base governista.

O chefe do Executivo desembarcou, ontem, em Roma, onde participa, hoje, do Fórum Mundial da Alimentação, promovido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), e, em paralelo, terá audiência com o papa Leão XIV no Vaticano. Será o primeiro encontro do presidente brasileiro com o novo pontífice da Igreja Católica.

Barroso antecipou sua aposentadoria na Corte, na semana passada e abriu nova disputa por uma das cadeiras mais cobiçadas do Judiciário brasileiro. Na viagem à Itália, Lula foi acompanhado de um dos principais cotados para a vaga, o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Bruno Dantas, de 47 anos. Dantas transita bem no Congresso e dialoga com diferentes alas partidárias, o que é considerado um ponto positivo, já que a indicação precisará passar por sabatina e ser aprovada pelo Senado Federal.

Outro nome considerado forte candidato para a cadeira de Barroso é o do advogado-geral da União, Jorge Messias, de 45 anos, figura de confiança de Lula e integrante do núcleo jurídico-político do governo. Messias também era um assessor próximo da ex-presidente Dilma Rousseff e coordenou a defesa do presidente Lula.

Mas há também outros nomes na disputa antecipada para o Supremo. O senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), apoiado por parte do Senado, é visto como “favorito da Casa” por sua boa relação com parlamentares. E correndo por fora, o ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinicius de Carvalho, é lembrado como alternativa de perfil técnico e de diálogo político mais neutro.

No entanto, enquanto a sucessão novamente gira em torno de homens próximos a Lula, cresce a pressão de entidades jurídicas e movimentos sociais pela presença feminina na Corte. Em 134 anos de história, o STF teve 172 ministros e apenas três mulheres — Ellen Gracie, Rosa Weber e Cármen Lúcia — nomeada por Lula em 2026 e a única no cargo atualmente desde a aposentadoria de Weber.

Após o anúncio da saída de Barroso, na semana passada, organizações da sociedade civil divulgaram uma carta pública pedindo que Lula indique uma mulher. O documento foi assinado por entidades como o Fórum Justiça, a plataforma Justa e a ONG Themis, além de magistradas, promotoras e defensoras públicas. “O anúncio da saída do ministro Barroso abre uma janela única para que a Corte se alinhe ao compromisso assumido pelo CNJ de igualdade na Justiça brasileira”, diz o texto.

A carta destaca que a baixa representatividade de mulheres e pessoas negras na Suprema Corte é um “problema estrutural” e que o governo deveria aproveitar a

Marcelo Camargo / Agência Brasil



Jorge Messias, ministro da AGU, é o mais cotado para substituir Barroso e tem forte apoio da ministra Gleisi Hoffmann (SRI)

Ricardo Stuckert / PR



Presidente Lula desembarcou, ontem, em Roma, e, hoje, tem audiência com o papa

oportunidade para corrigir um desequilíbrio histórico. “Não é por falta de excelentes nomes de mulheres que Lula deixará de indicar uma ministra para a Suprema Corte”, afirmam as entidades. Entre os nomes citados, estão Daniela Teixeira, ministra do Supremo Tribunal de Justiça (STJ); Maria Elizabeth Rocha, presidenta do Superior Tribunal Militar (STM); Edilene Lôbo, ex-ministra substituta do Tribunal Superior

Eleitoral (TSE); Dora Cavalcanti, advogada criminalista; e Sheila de Carvalho, secretária nacional de Acesso à Justiça no Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

As organizações também lembraram que, durante a última indicação, que resultou na escolha de Flávio Dino, grupos femininos haviam sugerido uma lista de candidatas com alta qualificação jurídica, mas sem resultado. O movimento agora se repete, com o argumento

de que a representatividade de gênero e raça precisa se tornar critério efetivo, não apenas retórico. “É hora de o STF refletir a diversidade do país”, afirmam as autoras do manifesto.

Escolha rápida

O líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), disse que a escolha do presidente Lula para a sucessão de Barroso no Supremo será rápida. “Eu sei provavelmente por onde é que ele vai”, afirmou no podcast “As Cunhãs”. Questionado sobre se a vaga seria do atual advogado-geral da União, Jorge Messias, o deputado disse que este é, sim, um dos nomes na mesa e que conta com o seu apoio como também com o da ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann.

“A indicação para a Suprema Corte tem que ter os predicados, mas não dá para indicar qualquer fuleragem e fazer tudo contra a democracia. O que está em jogo neste momento é não permitir qualquer ameaça aos funcionamento democrático das instituições”, defendeu, elogiando, na sequência, o trabalho do ministro Alexandre de Moraes. Na avaliação do deputado, não é o momento para o governo colocar em votação a reforma administrativa. “Estamos às vésperas da eleição, com temas importantes para o país a serem votados ainda; meter a reforma administrativa em debate... Não é o momento. Vamos defender que nada disso seja tratado antes da eleição. A realidade hoje está muito tensionada.”

O líder afirmou ainda ao podcast que sua única pretensão eleitoral é para o Senado, e que não abrirá mão dessa candidatura. “Não pretendo ser candidato a mais nada. E tenho 200 mil votos”, assegurou. “Me sinto hoje já senador na prática.”

Debate legítimo

A jurista e pós-doutora em teorias jurídicas contemporâneas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Soraia Mendes, considerou que o debate sobre representatividade feminina no Supremo é legítimo e urgente, mas não deve interferir na decisão imediata do presidente. Ela avaliou que a escolha de Lula seguirá um roteiro essencialmente político. “Comprovadamente, a indicação ou não de mulheres ou pessoas negras para o STF não produz reflexos em popularidade e muito menos em resultados eleitorais para o presidente Lula”, observou. “Por isso, acredito que o nome forte, hoje, é o do ministro Jorge Messias. Com 2026 no horizonte, Lula nomeará alguém de sua extrema confiança para formar fileiras com Flávio Dino, que já cumpre esse papel no tribunal.”

Soraia Mendes destacou, no entanto, que o presidente não deixará a pauta de gênero de lado a longo prazo e que, em 2029, um nome feminino deve ocorrer. “Uma mulher deverá ser indicada em 2029, para a vaga da ministra Cármen Lúcia. Por questão de biografia, Lula seguramente não vai querer ser lembrado como o presidente que só nomeou homens e que apagou a única representatividade feminina na Corte”, avaliou.

Segundo a jurista, a ministra do STJ Daniela Teixeira desponta como um nome forte para o futuro, com juventude, reputação ilibada e ampla capacidade de articulação política. “Ela já foi cogitada agora, mas tende a colher os frutos em 2029. É uma magistrada preparada, com trânsito político e respeitada em todos os segmentos jurídicos”, disse.

A especialista criticou a falta de igualdade de gênero na Corte. “Estamos em um país que se orgulha de ser uma das maiores democracias do mundo, mas que permanece profundamente atrasado em termos de igualdade de gênero. Esse atraso é responsabilidade de todo o espectro político — da extrema direita de Jair Bolsonaro à esquerda de Lula”, afirmou. Segundo ela, a presença de mulheres e pessoas negras nos tribunais superiores nunca foi prioridade de governo algum, nem mesmo sob gestões progressistas. “A igualdade de gênero e raça nunca foi preocupação central de nenhum governo. Isso ocorre porque não gera dividendos eleitorais nem ganhos imediatos de popularidade. A questão permanece relegada aos bastidores, dependente do gosto pessoal dos presidentes e das articulações políticas do momento”, acrescentou.

A jurista fez um diagnóstico sobre a falta de vontade política para nomear mulheres em cargos de alta representatividade. “Não faltam mulheres com notável saber jurídico, reputação ilibada e capacidade de exercer essa missão em prol do país. O problema é que muitas vezes sequer há abertura para pensar nessa possibilidade. O rechaço vem antes mesmo do debate”, complementou. **(Com informações da Agência Estado)**

BRASIL X EUA

Alckmin está otimista para redução de tarifa

» DANANDRA ROCHA

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, afirmou que está otimista com a possibilidade de o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, aceitar o pedido do Brasil de suspender a tarifa extra de 40% sobre produtos brasileiros.

“O pedido do presidente Lula para o presidente Trump foi que, enquanto negociação, suspenda os 40%. Esse foi o pleito. Aí temos um ganha-ganha. Há muita possibilidade de parceria entre Brasil e EUA”, disse o vice-presidente, ontem, a jornalistas, em Aparecida (SP), ao comentar sobre o telefonema entre

o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Trump, na semana passada.

“Pode ter aí um avanço importante, já avançamos. A celulose saiu do tarifaço, hoje celulose e ferro-níquel já é 0%, isso dá 4% da exportação brasileira. Na semana passada, madeira serrada e macia dava 50%, veio para 10%. Armário, sofá, móveis, dava em 50%, veio para 25% O que nós precisamos é avançar mais depressa”, acrescentou.

Há expectativa de que os dois presidentes se encontrem pessoalmente na Malásia, no fim do mês, após um breve encontro na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em setembro, pavimentar o caminho do diálogo.

Alckmin disse que não vê empecilhos

na negociação com os EUA com a indicação do secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, para ser interlocutor do lado dos EUA. “Não acredito (que o nome atrapalhe o diálogo). A orientação do presidente (dos EUA, Donald) Trump foi muito clara. Nós queremos fazer um diálogo e entendimento, e o Brasil sempre defendeu isso”, considerou.

Na próxima sexta-feira (17), o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, deve se reunir com Rubio em Washington, em um encontro que também abordará as sanções impostas a autoridades brasileiras, como as previstas pela Lei Magnitsky e a revogação de vistos.

Alckmin disse acreditar em avanços nas conversas bilaterais. “A orientação do presidente Trump foi muito clara. Nós queremos fazer um diálogo e entendimento. E o Brasil sempre defendeu isso”, disse.

Desde 6 de agosto, os EUA passaram a aplicar uma sobretaxa de 40% à alíquota já existente de 10%, resultando em uma taxa total próxima de 50% sobre vários produtos brasileiros, salvo algumas

exceções, como suco de laranja e peças e partes de aviões.

A Casa Branca justificou a medida com base em “preocupações sobre direitos humanos e estabilidade institucional no Brasil” — argumento contestado pelo Itamaraty.

Conforme dados do governo brasileiro, 42% das exportações para os EUA ficaram fora do tarifaço, mas cerca de 34% dos produtos seguem diretamente afetados, principalmente carnes, café, maquinário e equipamentos industriais. A equipe econômica avalia que o impacto sobre o PIB será moderado, com redução estimada em 0,2 ponto percentual até o fim de 2026.

A ligação marca uma tentativa de aproximação entre os dois países, após a decisão de Trump de impor uma tarifa total de 50% sobre exportações brasileiras, medida que atingiu em cheio setores como o agronegócio, a metalurgia e a indústria de máquinas.

Segundo interlocutores do Planalto, a ligação de Trump foi positiva e durou cerca de 30 minutos. A expectativa é que os

dois líderes se encontrem presencialmente ainda neste ano, possivelmente durante a Cúpula da Associação de Nações do Sudoeste Asiático (Asean), na Malásia, ou em uma viagem oficial de Lula aos Estados Unidos.

As tarifas norte-americanas começaram a valer em 1º de agosto de 2025 e somam uma sobretaxa de 40% à alíquota já existente de cerca de 10%, resultando em uma taxa total próxima de 50%. A Casa Branca justificou a medida com base em “preocupações sobre direitos humanos e estabilidade institucional no Brasil” — argumento contestado pelo Itamaraty.

Segundo dados do governo brasileiro, 42% das exportações para os EUA ficaram fora do tarifaço, mas cerca de 34% dos produtos seguem diretamente afetados, principalmente carnes, café, maquinário e equipamentos industriais.

A equipe econômica avalia que o impacto sobre o PIB será moderado, com redução estimada em 0,2 ponto percentual até o fim de 2026. **(Com informações da Agência Estado)**